


ENTENDER A MIGRAÇÃO HAITIANA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO HAITI

UNDERSTANDING HAITIAN MIGRATION AS AN EXPRESSION OF THE SOCIAL QUESTION IN HAITI

Marc Donald JEAN BAPTISTE* 

Richemond DACILIEN** 

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a migração haitiana, como uma das expressões da questão social, sendo associada à profunda e desigual relação econômica instaurada no Haiti desde a sua independência em 1804. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica associada às discussões sobre migração haitiana realizadas por pesquisadores haitianos no curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social no Brasil entre 2018-2022. A pesquisa evidenciou que o Estado haitiano tem um papel importante na sustentação do fenômeno emigratório no Haiti, estruturando órgãos públicos para apoiar, atender e acompanhar esse processo, bem como para responder aos interesses do capital internacional mediante sua relação entre países de centro e de periferia em contextos de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Estado haitiano. Migração. Questão Social.

Abstract: The present article aims to analyze Haitian migration, as one of the expressions of the social issue, being associated with the deep and unequal economic relationship established in Haiti since its independence in 1804. It is bibliographical research associated with the discussions on Haitian migration held by Haitian researchers in the postgraduate course (masters and doctoral) in Social Work in Brazil between 2018-2022. The research showed that the Haitian State plays an important role in sustaining the emigration phenomenon in Haiti, structuring public agencies to support, attend to and monitor this process, as well as to respond to the interests of international capital through its relationship between central and peripheral countries in contexts of economic development.

Keywords: Haitian State. Migration. Social Question.

Submetido em 18/04/2023. Aceito em 24/04/2023.

* Assistente Social; Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Haiti (UEH). Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2022. E-mail: marcdonaldjbaptiste@gmail.com

**Haitiano. Doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil. Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Estado do Haiti (UEH). E-mail: dacilienr@gmail.com



Introdução

A proposta desse artigo possibilita reflexões acerca da temática relacional Estado, migração e questão social no contexto haitiano contemporâneo. Essa reflexão é resultado de revisão e análise bibliográfica realizada por pesquisadores haitianos sobre migração haitiana no curso de pós-graduação em serviço social no Brasil. O trabalho se inicia com a constituição histórica do Estado haitiano, sendo este contestado pela população de baixa renda desse país, mediante os processos históricos de gestão das expressões da questão social haitiana. O Estado haitiano nasceu com a herança da colonização escravagista, marca existente durante todo o período da independência e evidenciada através de manifestações discriminatórias baseadas sobre a região (rural-urbano), sobre a língua (francês-crioulo), sobre a cor (mulato-negro), sobre a religião (católica- vodu), na perspectiva de se classificar socialmente a população.

Fizemos considerações teóricas sobre o conceito de questão social, suas particularidades e suas expressões, nos levando a revisar a literatura, ainda que reduzida, que se refere à questão social no Haiti. Um dos autores haitianos que tem abordado esse tema, associa a questão social haitiana com a questão agrária porque, segundo ele, todos os mais significativos movimentos sociais haitianos se originam pela reivindicação da terra. Mostramos os limites deste ponto de vista, destacando a característica do capitalismo internacional de se manifestar de forma diferente em cada país. Consideramos as grandes mudanças ocorridas na economia do Haiti com a introdução do capital estrangeiro no momento da ocupação americana nesse país (1915-1934), o que ocasionou contradições específicas da relação capital e trabalho conforme a sua realidade histórica.

Ao analisar o papel histórico do Estado na história da migração no Haiti, pudemos ampliar nossa compreensão, contextualizando e elucidando um pouco mais nossa leitura acerca da migração haitiana como uma das expressões da questão social. Desta forma, o fenômeno migratório vivenciado historicamente e cotidianamente pelos haitianos foi criado para responder às exigências do capitalismo internacional, na relação entre os países da periferia capitalista e do centro.

O presente trabalho se apresenta como resultado de revisão e análise bibliográfica vinculadas a projeto de pesquisa à nível de mestrado, tendo como autoria a participação de pesquisadores haitianos, ampliando a compreensão do fenômeno ora estudado.

1. Estado haitiano: constituição, evolução e características

Refletir sobre o Estado como instituição histórica continua a ser um debate muito profundo e controverso no seio das ciências humanas e sociais. Explicações relativas à sua natureza, sua origem, sua evolução e seu papel na sociedade variam em função da ideologia e da postura teórica adotada pelo pesquisador nessa reflexão.

Situar o Estado haitiano no conjunto das reflexões sociológicas e políticas acerca do conceito de Estado, demanda empreender e compreender um debate teórico amplo. A partir desse debate buscamos compreender o Estado Haitiano conceituando-o como Estado contestado, caracterizado pela ilegitimidade popular histórica pela população haitiana, mediante as estratégias com que realiza a gestão das expressões da questão social. Para tal, entendemos o Estado na perspectiva de Gramsci (1982), o que permite esclarecer as lutas pela hegemonia e o papel do Estado na sustentação de uma das expressões visíveis da questão social que é o sentido da emigração na história contemporânea do Haiti.

A diferença fundamental na concepção de Gramsci (1982) em comparação a outras concepções é a integração da sociedade civil como uma parte do Estado. Na concepção do autor, o Estado é a combinação entre a sociedade política e a sociedade civil numa perspectiva de hegemonia revestida de coerção. Para Gramsci (1982), a sociedade civil pertence à superestrutura e um dos elementos importantes evidenciado em sua análise é a luta pela hegemonia da cultura.

Para Gramsci (1982), a sociedade civil é o espaço não estatal onde as classes subalternas podem participar nas decisões, lutar pela hegemonia, propor projetos políticos no âmbito do Estado. Destacar essas grandes linhas da teoria gramsciana pressupõe esclarecer a relação complexa entre o Estado haitiano e a sociedade civil haitiana e evidenciar o processo histórico do Estado contestado.

O Estado contestado se apresenta enquanto um conceito relacional desenvolvido ao longo das reflexões que vimos realizando para caracterizar as relações entre o Estado haitiano e a população de baixa renda nesse país; tal relação evidencia uma distância entre eles e uma discordância da esfera civil do Estado contra a esfera política. Isso tem como referência as diferentes ações da esfera política do Estado nas orientações das políticas econômicas e na gestão das expressões da questão social haitiana.

A constituição do Estado haitiano tem dois séculos, sendo resultado da guerra da independência em 1804 entre o exército francês de Napoleão Bonaparte e o exército haitiano, denominado exército indígena¹. Dessa forma, o Estado haitiano nasceu com traços do sistema escravagista que existiu durante a colonização francesa, período em que a sociedade haitiana foi dividida em três grupos raciais. Os registros históricos haitianos identificaram os grupos raciais como classe social, perspectiva que Etienne (2007) identificou como um amálgama-classe, que gerou confusão para a compreensão do sistema escravagista.

Segundo esse autor, essa classificação foi feita em função da cor da pele e não dos interesses econômicos na colônia. No primeiro nível da hierarquia, estavam os proprietários brancos donos dos escravos e da maioria dos meios de produção na colônia. Eles detinham exclusivamente todos os direitos políticos, civil e sociais na colônia. No meio da hierarquia, os *Afranchis* – chamados também de “novos livres” – foram também proprietários de escravos e dos meios da produção. Essa categoria reagrupou os mulatos (filhos de brancos com negros) e os escravos nascidos na colônia que compraram esse estatuto social. Os *Afranchis* foram reconhecidos como privilegiados do sistema colonial junto aos brancos

¹ O sentido de “indígena” a que foi denominado o exército haitiano à época se refere à população nativa do Haiti no período e não à população indígena originária deste território.

proprietários, mas, por causa da cor de sua pele, não puderam exercer os direitos políticos na colônia. Enfim, existiram também os negros escravos, estando no último patamar da hierarquia social, sem nenhum direito, considerados como as propriedades das duas primeiras categorias, brancos e mulatos, segundo o *Code Noir* (Código Negro), que define um conjunto de regras sobre o estatuto dos escravos.

Os mulatos *Afranchis* entram numa disputa pelo reconhecimento da igualdade com os proprietários brancos. As principais lideranças históricas, Vincent Ogé e Jean Baptiste Chavanne, foram várias vezes à França para defender esse reconhecimento, porém, os brancos da metrópole sempre recusam as demandas por eles apresentadas. Depois de várias tentativas sem sucesso, eles se juntaram com os escravos contra os brancos para conduzir a guerra da independência. Finalmente, a independência do Haiti foi o resultado da união dos negros e dos mulatos e é representada pelo significado das cores da bandeira do país, azul e vermelho.

Com relação à posição geopolítica do Haiti, sua independência representou uma ameaça às potências coloniais da Europa. Elas tinham ainda outras colônias de escravos na região, decidindo então, por todos os meios, isolar² a jovem nação independente e colocar uma ameaça iminente de retorno à escravidão.

Diante dessa ameaça internacional, o Estado haitiano se constituiu e passou a ser legitimado por atender dois objetivos fundamentais: a defesa da liberdade contra o retorno dos colonizadores e a reconstrução da nação após uma batalha pela independência radical. O grande desafio do Estado foi fortalecer essa união entre mulatos e negros, o que garantiu a independência.

O primeiro presidente do Estado do Haiti – antigo escravo negro – foi assassinado em 1806, dois anos após a independência, porque propunha a redistribuição das terras para os camponeses (90% da população na época). Após a sua morte, outros chefes de Estado que o sucederam responderam aos caprichos dos mulatos minoritários. Nesse sentido, Doubout (1973) afirma que todas as terras abandonadas pelos colonos franceses foram sequestradas pelas elites do poder para manutenção da grande propriedade em detrimento dos trabalhadores desprovidos de meios de produção.

O que sucedeu na sociedade haitiana até a ocupação americana em 1915 foi um processo de produção semicolonial e semifeudal à base da produção de café e de algodão. Tal processo, afirma Doubout (1973), foi caracterizado pela ausência dos donos das terras nas áreas rurais, que as deixam sendo exploradas pelos camponeses por meio do sistema produtivo chamado *meteyage de-moitié*³. Este sistema semicolonial e

² Para materializar essa política de isolamento do Haiti, os países colonialistas (França, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, com exceção da Alemanha) isolaram o Haiti em todos os sentidos, cortando relações comerciais, de exportação e de diplomacia, uma vez que o país representava para eles uma ameaça à independência de suas colônias. Finalmente, em 1825, a França propôs ao primeiro presidente haitiano Jean Pierre Boyer o reconhecimento do Haiti como país independente, devendo, para isso, pagar-lhe 90 milhões de francos em 30 anos. Assim, o Estado haitiano pagou a soma de 21 milhões de francos para o governo francês. Em 2004 (ano em que se comemorou 200 anos de Independência) houve, no Haiti, um movimento político que pedia a restituição dessa soma pela França, havendo, desde então, a negativa dessa demanda pelos presidentes franceses. Em 2015, em visita ao Haiti, o então presidente francês François Hollande, declarou, depois de todos esses anos que “nossa dívida para o Haiti é moral e não econômica”. Finalmente em 1862, os Estados Unidos estabelecem também relações econômicas com o Haiti.

³ *De-moitié* significava, literalmente em português, meio a meio. Refere-se a um sistema produtivo no qual o grande proprietário de terras concede uma porção de terra a um camponês no Haiti. Na colheita, o agricultor deve compartilhar com o proprietário a metade do produto da terra, logo, meio a meio para cada um.

semifeudal de grandes plantações foi antinacional no sentido que a grande massa de agricultores se tornou expropriada da terra, dependente das vontades da grande burguesia que permaneceu na capital para fazer política (CASTOR, 1980).

De acordo com Hurbon (1987, p. 125), as primeiras decisões do Estado provocaram um processo de contestação pelos negros:

O primeiro período da implantação do Estado no Haiti, entre 1804 a 1915, corresponde a uma longa busca dos governos haitianos pelo reconhecimento internacional da independência do país. Desta forma, os dirigentes haitianos conduzem todos os esforços para construir o Estado haitiano a partir do modelo ocidental e, ao mesmo tempo, reprimem as práticas culturais próprias do povo haitiano, como o culto do vodu (herança religiosa africana), o crioulo (língua criada na sociedade escravista) e os costumes familiares deixados pela África. Foi umas das exigências para esse reconhecimento internacional, pois essas práticas são consideradas, pela visão ocidental, como primitivismo e barbárie. O Estado haitiano se conformou com essas exigências para garantir uma participação na universalidade humana, representada pelo modelo cultural ocidental.

As instabilidades sociais desse período conduziram à ocupação americana de 1915 até 1934. Este período mudou a estrutura econômica e política do país, provocando o desaparecimento da soberania nacional subjacente às forças americanas, que passaram a controlar todos os postos importantes da economia e da política. Em outras palavras, deu-se a transformação total do velho poder do Estado semifeudal e semicolonial para um poder administrativo eficaz, responsável pela defesa dos interesses do imperialismo americano (DOUBOUT, 1973).

Durante a ocupação americana, os eixos estratégicos do Estado como o aduaneiro e o sistema financeiro, foram controlados pelos representantes do governo americano. Nesse período, houve ainda a destruição do exército haitiano e a criação de um novo exército no país, além da adoção de uma Constituição em 1918, elaborada nos Estados Unidos (DOUBOUT, 1973).

Depois da ocupação americana, o Estado haitiano continua a evoluir marcado pela falta de legitimidade popular uma vez que a população rural, significativa no país no período, se sente sempre excluída. Nesse contexto, os presidentes intensificam a força repressiva do Estado para se manter no poder. Várias ditaduras marcam a história do país, sendo o resultado disso ilustrado por Hurbon (1987, p. 32):

Os camponeses haitianos parecem ter fugido das autoridades por todos os meios de contato, porque nunca tiveram canais formais de expressão acessíveis. Somente os intelectuais, que falam francês, seriam capazes de produzir uma crítica aberta do regime político e, portanto, corriam o risco de perseguição.

A população rural reproduzirá o *Marronnage*⁴ como principal estratégia de resistência, conforme afirma Hurbon (1987), ao reconhecer esse fenômeno como uma forma de resistir iniciada pelos escravos na época da colonização francesa. No período da escravatura colonial, os sujeitos do *marronnage* foram os

⁴ *Marronnage* significa fugir para viver livre, ou seja, reorganizar um lugar para morar e para se defender.

escravos que vieram diretamente da África, chamados *Bossales* (bossais), que se distinguiam dos escravos que nasceram na colônia, chamados *Creole* (crioulos). Os *Bossales* se rebelam e recusam permanentemente o sistema colonial, preferindo viver em liberdade nas montanhas e não trabalhar no campo como escravos. Eles fugiam do trabalho forçado imposto pelos colonos franceses. Esses fugitivos *Bossales* eram denominados *Marron(s)*. Handerson (2015, p. 67) evidencia como esse conceito foi reapropriado:

Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron* (fulano está fugindo) ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, ao deslocamento de um lugar para outro e também à categoria de diáspora.

Hurbon (1987) considera também a imigração haitiana no período da ditadura como uma forma de *Marronnage*, uma vez que os haitianos que se consideram excluídos politicamente pelo sistema fugiram. Essa prática, no entendimento de Dorvilier (2015), sinaliza um processo de despolitização do cidadão haitiano pelo Estado, ou seja, um enfraquecimento da sua cidadania política. Consideramos ainda, no sentido gramsciano, que significa um não funcionamento da esfera civil que compõe o Estado, inviabilizando seu papel na participação popular.

A ditadura de François Duvalier e Jean Claude Duvalier, entre 1957 a 1986, foi um dos regimes que mais fragilizou a participação civil no Estado. Em 1957, François Duvalier – médico, negro, filho de camponeses, beneficiou-se de um movimento negro chamado *Noirisme* (referência à cor da pele preta) para chegar à presidência. Desde a independência, a maioria dos presidentes do Haiti foram mulatos. Portanto, esse movimento reivindicou um negro (ou uma pessoa de cor de pele preta) como presidente para fazer justiça social para todos os negros do país (HURBON, 1987).

François Duvalier instaurou uma ditadura que perseguiu e assassinou muitos haitianos (negros e mulatos). Morreu em 1971, passando o poder ditatorial ao seu filho Jean Claude Duvalier, que tinha 18 anos na época. Este último manteve-se no poder até 1986, derrotado pelas pressões dos movimentos sociais haitianos. Nesse período, a economia foi dominada pelo capital estrangeiro através da cooperação internacional, ocorrendo, nesse contexto, segundo Barthélemy (2008), o estabelecimento do plano neoliberal no Haiti, a partir dos anos de 1970.

O Estado, através do presidente Duvalier filho declarou: “meu pai vinha fazendo a revolução política, eu vou fazer a revolução econômica”⁵. Dessa forma, ajustou medidas favoráveis ao capitalismo internacional como baixar a taxa local para incentivar os investimentos estrangeiros no país.

Hurbon (1987) pontua que, no governo de Duvalier filho, a ajuda internacional por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), provocou o aumento da pobreza no Haiti, evidenciado

⁵ Bartelheym (2008) analisa que essa declaração tem natureza explicitamente demagógica. O que Jean Claude Duvalier considerou como “revolução política” realizada por seu pai, constituiu-se numa repressão sistemática dos oponentes do poder, por meio da proibição do funcionamento dos sindicatos e outras organizações políticas, gerando um contexto de terror pelo Estado. O que denominou como “revolução econômica” constituiu-se na colaboração total para a aplicação do plano neoliberal imposto pelo imperialismo norte-americano.

pelo aprofundamento das precárias condições de vida dos agricultores. O PIB agrícola – que representava 50% do PIB nacional no período de 1964 a 1969, baixou 40% em 1974 e continuou a diminuir ano a ano. Essa política econômica, orientada pela cooperação internacional, se baseia na economia de exportação e abandono da produção de alimentos. Desta forma, o Estado se apresenta como arauto dos interesses capitalistas internacionais e principal responsável pela situação de pobreza dos haitianos.

A promulgação da Constituição de 1987, votada em referendo por 87% da população haitiana, marcou o final do período de pós-ditadura e de redemocratização no país. Essa Constituição tentou recriar a relação entre a população e o Estado, adotando o Crioulo⁶ como língua oficial junto com a língua francesa, além do reconhecimento oficial da prática do vodu, religião afro-haitiana anteriormente proibida. A Constituição de 29 março de 1987 garantiu legalmente os direitos fundamentais e a reativação formal de canais democráticos de participação popular, tais como: associações, sindicatos, partidos, dentre outros.

No entanto, o caminho para a redefinição da relação entre a população e o Estado Haitiano não aconteceu de maneira integral e efetiva.

Desde já duas décadas, os setores mais importantes da sociedade haitiana buscam estabelecer um novo sistema político capaz de assegurar gradualmente a plenitude do exercício político, econômico e social de todos os cidadãos. Cada vez mais, eles encontram dificuldades no próprio Estado, uma resistência aberta contra toda forma de mudança profunda da direção estatal que quer manter-se fiel a suas velhas práticas habituais. As perturbações ligadas a este Estado, de fato, aumentam cada vez mais, aparecendo de várias formas. Como reflexo dos principais dispositivos do poder do Estado e das raízes profundas de práticas abusivas, estes vêm se transformando em *habitus* no sentido de Bourdieu, no seio do funcionalismo público (HECTOR; HURBON, 2009, p. 29).

Segundo Dorvilier (2015), ao compartilhar as reflexões apontadas por Hurbon (1987), a participação popular foi ainda dificultada pelas heranças do poder sob efeito da ditadura. Os autores relatam a permanência das práticas ditatoriais sem poder ditatorial.

Com a proliferação de milhares de organizações sociais urbanas e o surgimento de dezenas de líderes, o país tornou-se um enorme laboratório social e político. No entanto, o estabelecimento real da democracia parece ser a questão fundamental, porque a perseguição política continua. Os trágicos acontecimentos que se desenrolam desde 7 de fevereiro de 1986 são contrários ao ideal da democracia tais como: o massacre de uma associação de 300 camponeses na região de Jean-Rabel, o assassinato de políticos em manifestações populares, a perseguição contra líderes religiosos, a proteção dos atos de banditismo dos *Tontons Macoutes*⁷ pelo governo provisório, a disseminação de

⁶ A língua crioula é falada cotidianamente por todos os haitianos, mesmo que não reconhecida oficialmente desde a independência do país. Com a Constituição de 1987, o Haiti passou a ter duas línguas oficiais sendo o crioulo e francês, esta última falada apenas por 15% da população, fundamentalmente por aqueles que concluíram os níveis secundários de escolarização. Nota-se que a partir de 1987, o Estado se reconhece constitucionalmente laico, passando a respeitar a prática popular e religiosa do vodu.

⁷ François Duvalier chegou ao poder em 1957 e uma estratégia criada por ele para limitar as prerrogativas do exército haitiano (que tinha sustentado todos os golpes no passado), foi a criação de um corpo especial estimado em cerca de 40 mil pessoas recrutadas e que se chamava Voluntários de Segurança Nacional (VSN), conhecido popularmente como o *Tonton Makout* - parceiro civil do regime. Este corpo paramilitar é apresentado à nação como um impedimento contra todos os adversários reais e imaginários da ditadura. Duvalier o define assim: “o *Tonton Makout* tem apenas uma alma, que é Duvalier; conhece apenas um líder, ainda Duvalier; iria lutar para um único destino: Duvalier no poder para sempre” (HURBON 1987, p. 20).

propagandas anticomunistas⁸ oficiais que levaram ao linchamento de ativistas da democracia (HURBON, 1987, p. 14).

Compreendemos que é esse tipo de Estado que continua a existir no Haiti: um Estado hobbesiano que disseminou a política do medo para se impor na sociedade. Gerou também as dificuldades internas na batalha exclusiva entre as elites mulatas e elites de intelectuais negros para o controle do poder. Dessa forma, a população de baixa renda, exclusivamente negra, continua a ser vítima das imposições na vida social, econômica e política.

A sociedade haitiana é um lugar em que as desigualdades aumentam com o tempo, alcançaram a contemporaneidade e se manifestam até hoje sob diferentes aspectos, como na questão racial, de gênero, de escolaridade, de religião, de classe social ou de origem. O Haiti consubstancia-se como um lugar de contradições por excelência, onde se tem um dos maiores feitos da história moderna, como a primeira república negra da história e o primeiro lugar que acabou com a escravidão negra nas Américas, todavia, ao mesmo tempo, é o lugar onde uma elite buscou, com êxito, perpetuar algumas desigualdades com base no passado que aboliram (COTINGUIBA, 2014, p. 81).

Essa categoria da população – pobre e negra – tratada de maneira desigual no sistema, contesta o Estado e resiste contra ele de várias formas: ativas e passivas. Constata-se que um dos mecanismos de resistência da população ao Estado se manifesta pela não participação de atividades políticas tais como: em processos eleitorais, não vinculação a grupos políticos, etc. O processo eleitoral com maior participação popular no período democrático pós-1987 contou com 51% de eleitores votantes, realizado no ano de 1990, sendo observado uma queda significativa de menos de 50% na participação popular nas eleições seguintes. Na última eleição geral de 2016, a participação popular foi de 27,44% do número de eleitores, segundo o Conselho Eleitoral Provisório (2016)⁹.

Destaca-se que a partir da Constituição de 1987, no Haiti o voto não é obrigatório, o sistema político é parlamentar, sendo o presidente e os parlamentares (deputados e senadores) escolhidos por eleição direta. O poder executivo é composto pelo presidente eleito diretamente pela população e este indica o primeiro ministro que é referendado ou não, de maneira indireta, pelos parlamentares.

Hector e Hurbon (2009) evidenciam que uma das principais características do Estado haitiano, desde o período pós-ditatorial em 1986, é sua incapacidade de resposta às reivindicações apresentadas, principalmente pela população rural¹⁰ tais como: água potável, eletricidade para todos, oferta escolar pública e universal, etc. Segundo Etienne (1997, p. 153), “o Estado do Haiti, desde 1804, revelou ser um instrumento a serviço de civis e militares privilegiados para manter e fortalecer um sistema desigual contra 90% da população. Essa população sempre lutou de maneira passiva ou ativa contra essa forma de Estado”.

⁸ Segundo Etienne (1997), no período da Guerra Fria, o Governo dos Estados Unidos, para combater o surgimento do comunismo na região, estabelece um acordo não oficial com o Estado haitiano com a intenção de impedir todas práticas ligadas às atividades reconhecidas como comunistas. A ditadura tinha aproveitado disso para combater muitos intelectuais haitianos de oposição ao governo, então classificados como comunistas, seja verdade ou não. Os intelectuais de oposição foram exilados para evitar que fossem mortos pela ditadura.

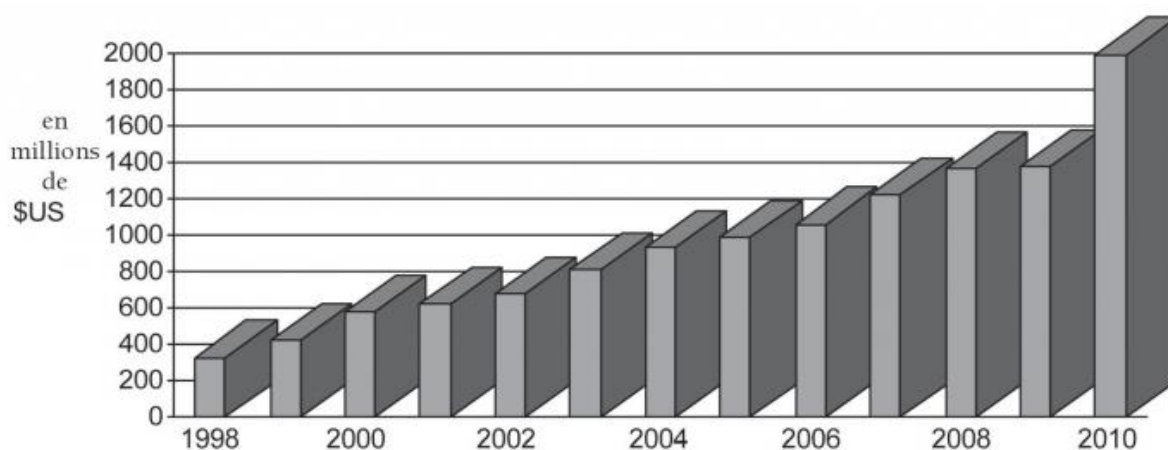
⁹ Para maiores informações, visitar o site do conselho em: <https://www.cephaiti.ht/Information-electorale/240-COMMUNIQUE-DE-PRESSE-31.html>, acesso em 09-06-2017.

¹⁰ Importante destacar que no ano de 2012, 52% da população haitiana estava vivendo no meio rural segundo Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI), citado por Michel (2013).

O Estado, em seu processo de reorganização democrática, assumiu estrategicamente o incentivo à emigração da população haitiana, se constituindo numa das mais significativas expressões da questão social do Haiti contemporâneo. A presença haitiana fora do Haiti se constituiu em fonte de divisas econômicas para o país, tendo em vista o montante de recursos transferidos pelos trabalhadores no exterior para suas famílias.

De acordo com Pierre (2012), a diáspora haitiana contribuiu com até 31% do PIB nacional entre 1998 a 2011, sendo efetivada através de transferências de recursos financeiros dos trabalhadores emigrados para suas famílias. O percentual de domicílios que recebem transferências privadas (nacionais e internacionais) no Haiti aumentou de 42% em 2001 para 69% em 2012. Historicamente, a contribuição da diáspora na economia é significativa, como demonstrado no gráfico a seguir.

Figura 1: Gráfico da transferência em milhões dólares da diáspora haitiana entre 1998 a 2010.



*Fonte: World Bank (1998-2009); Inter-American Development Bank (2010) (AUDEBERT, 2012, p. 151).

Para tal, é importante destacar que o Estado haitiano investiu na intervenção da gestão pública da migração a partir do final dos anos 1990, período da reorganização democrática no país. Nesse contexto, registra-se a criação de várias instituições especializadas no âmbito do Estado tais como: o Escritório de Assuntos da Diáspora (OAD) em 1988, o Ministério de Haitianos Vividos no Exterior (MHVE) em 1994 e o Escritório Nacional de Migração (ONM) em 1995. Essas instituições passam a operar a gestão do 11th Departamento¹¹ a partir dos haitianos que passaram a viver a diáspora no Canadá, na França, nos Estados Unidos e nas comunidades haitianas na bacia do Caribe (OIM, 2015).

¹¹ A divisão administrativa territorial do Haiti, segundo a Constituição de 1987, é assim constituída: 10 Departamentos, 140 *Communes* e 570 *Sections Communales* sobre um território total de 27.500 Km² onde vivem cerca de 10 milhões de pessoas. O 11th Departamento faz uma referência trans-territorial de haitianos que estão vivendo fora do país, na diáspora. Segundo Audebert (2012), essa referência foi feita pelo presidente Jean Bertrand Aristide num discurso oficial em 1991, com o objetivo de valorizar a importância dos haitianos da diáspora.

2. Migração haitiana: expressão da questão social

Os haitianos nascem no processo de resistência ao genocídio e ao etnocídio. São inventados no seio do Ocidente e jamais existem por si só. Seu vínculo com a metrópole francesa é constitutivo e as minorias significativas não conseguem se imaginar sem este *alter ego*. A identidade que os haitianos constroem diariamente se afasta do Ocidente sem jamais completar o corte do cordão umbilical, mas, no cruzamento de caminhos, tudo indica que se fabrica uma identidade e uma solidão em uma estrada sem saída (CASIMIR, 2012 *apud* COTINGUIBA, 2014, p. 69).

O Haiti se localiza no Caribe, fazendo parte das Grandes Antilhas, assim como Cuba, Jamaica e Porto-Rico. A região na qual esses quatro países (as quatro grandes Antilhas) se localizam possui uma dinâmica migratória ampla entre eles (intra-Caribe) e com as demais regiões (extra-Caribe). Na dinâmica intra-Caribe, existem duas categorias de países: por um lado, países com tradição de saída migratória como: Haiti, Jamaica, República Dominicana, Barbados, Suriname, Santa Lúcia, Porto Rico, Trinidad e Tobago; por outro, um grupo de países com tradição de receptor de migrantes, principalmente os territórios franceses (Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa), Bahamas, e as Ilhas Virgens Britânicas (MANIGAT, 2007).

O Haiti se situa na primeira categoria de países fornecedores de migrantes, sendo que a dinâmica migratória (interna ou externa) faz parte da sua história. Os atuais habitantes, que substituíram as populações indígenas autóctones desaparecidas no período genocida pré-colonial, são homens e mulheres afro-haitianos cujos ancestrais foram exportados da África por meio de migração forçada, vindo a trabalhar como escravos através do comércio transatlântico (HANDERSON, 2015). Significa reconhecer que, a partir da colonização francesa, o Haiti nasceu em uma espécie de migração forçada (AUDEBERT, 2012).

Após a independência em 1804, a migração continua a existir sobre outra forma e por outras razões. Os camponeses haitianos começam a praticar uma forma de mobilidade interna para escapar do sistema semifeudal estabelecido pelo Estado haitiano, o qual exigia que eles ficassem no campo para trabalhar para os proprietários mulatos burgueses (AUDEBERT, 2012). Segundo o autor, esta migração ocorre pelo desejo de liberdade que o camponês haitiano buscava, uma vez que, para eles, ficar na terra os fazia lembrar das condições escravagistas. Assim, adotavam essa forma de resistência contra a organização política, econômica e social do país depois da independência – deslocavam-se de um ponto para outro dentro do Haiti.

Essa mobilidade interna e externa tornou-se prática sociocultural para o cidadão haitiano como forma de cultura migratória, sendo essa uma das características que fundamentam o imaginário coletivo dessa população (AUDEBERT, 2012). Uma ideia identificada e compartilhada por Handerson (2015, p. 67) em sua pesquisa de doutorado, evidencia que:

Algumas expressões marcam o mundo social haitiano: “Tenho de viajar um dia para um *peyi etranje* – país estrangeiro”, “Desde que nasci, meu sonho era partir um dia”, “Antes de morrer com certeza vou partir”. Durante a pesquisa de campo no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa, notadamente no Haiti, era comum ouvir estas declarações vindas

dos interlocutores. “Tenho que... um dia”, “Desde que nasci...”, “Antes de morrer...”, esses três verbos nascer, ter e morrer descrevem como a mobilidade se constitui numa “obrigação”, como “algo predestinado” e num “sonho” a ser realizado. Não seria um exagero dizer que o sonho da maioria da população é *pati* (partir) ou *vwayaje* (viajar) ou afirmar que seria quase impossível encontrar uma casa no Haiti da qual não há um membro dela no exterior, as casas e as redes familiares geralmente têm, no mínimo, alguém no *peyi etranje* (país estrangeiro).

O Haiti apresenta desde 1950, uma taxa migratória negativa o que indica que a emigração é superior à imigração (OIM, 2015). Na história migratória, o Estado haitiano se apresenta como um dos significativos motivadores da saída haitiana para outros países, seja por perseguir as pessoas por razões políticas – como aconteceu em determinados períodos de ditadura (particularmente a ditadura dos Duvalier), quando os intelectuais oponentes perseguidos fugiam do país para terem suas vidas salvas (HURBON, 1987) –, seja por outras decisões econômicas adotadas pelo Estado (como exemplo, o fenômeno do *braceros*¹² como oferta nas indústrias na República Dominicana e de Cuba).

Mats Lundahl (1979) aponta ainda que a emigração haitiana sempre esteve ligada às opções econômicas dos diferentes presidentes do Estado haitiano, evidenciando uma combinação da política e da economia que matou lentamente os camponeses do Haiti (LUNDHAL apud HURBON, 1987). Constatase que as escolhas econômicas do Estado haitiano foram desfavoráveis para a oferta e contratação de mão de obra no país, principalmente no processo de criação das condições sociais de trabalho, não adequadas para a mão de obra qualificada e absolutamente precárias para a não qualificada.

Corroborando com Chery (2011), esta estratégia de desenvolvimento do Estado incentivou os trabalhadores, sem distinção, a se integrarem ao trabalho assalariado precário, resultando que os mais qualificados e os jovens fugissem dessas condições de trabalho estabelecidas. Enfim, o Estado haitiano, desde a independência, estabeleceu uma política de exclusão contra sua população, na qual o cidadão não se reconhece e não é reconhecido social e economicamente pelo Estado (IBREUS, 2014).

O fenômeno de saída massiva de trabalhadores do país pela emigração, produzido num longo processo histórico, passa a ser reconhecido em nossas reflexões como uma das expressões da questão social haitiana.

Refletir sobre a questão social, em geral, refere-se diretamente ao modo de produção capitalista, intimamente associado à relação capital-trabalho baseada na exploração (NETTO, 2004). Autores como Netto (2004), Pereira (2004) e Yamamoto (2004) são unânimes sobre a base histórica da chamada questão social. É o resultado das contradições do mundo capitalista no contexto europeu da Revolução Industrial, num momento em que o pauperismo da classe trabalhadora na Europa coincidia com o enriquecimento excessivo da classe burguesa. No entanto, os trabalhadores politicamente conscientes sobre essa situação

¹² Os acordos bilaterais entre o Haiti e a República Dominicana fazem parte da dinâmica política nacional estabelecida pelo Estado dos dois países. Eles são quase exclusivamente da área de migração laboral agrícola. Segundo OIM (2015), o Estado haitiano assinou vários acordos com a República Dominicana em 1952, 1959, 1966 e 1978 com o objetivo de favorecer o recrutamento de trabalhadores e as condições de repatriamento de cidadãos haitianos para a República Dominicana. Também entre 1943 a 1985, o Estado haitiano tinha assinado sete acordos e convenções com as Bahamas sobre a questão da migração (OIM, 2015). *Braceros* é nome popular de todos os camponeses enquadrados em políticas migratórias específicas e temporárias de mão de obra junto à República Dominicana e Cuba.

inaceitável, decidem entrar na cena política para insurgir contra essa ordem social desigual. Parafraseando Netto (2004, p. 42):

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa ocidental que experimenta os impactos da primeira onda industrial, iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII, trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (nesse caso absoluto) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

Outro aspecto a destacar é que a questão social não é universal, nasce das contradições históricas que existem na sociedade capitalista, bem como das necessidades históricas relacionadas com cada país. Isso quer dizer que é um equívoco tomar a formulação europeia e latino-americana da questão social para introduzi-la no Haiti, que tem sua própria história. Pereira (PEREIRA, 2001, p. 59) assim o evidencia ao contextualizar e refletir sobre a questão social no Brasil:

Na sua base não estava um vazio factual, mas necessidades sociais associadas à pauperização crescente da classe trabalhadora, determinada pela tendência capitalista de aumentar a taxa de exploração de trabalho independentemente da produtividade deste. E foram essas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva questão social. Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica.

Abordar a migração como expressão da questão social do Haiti nos apresenta desafios, uma vez que essa perspectiva é pouco debatida pelos autores haitianos. Partimos de uma primeira premissa, de que para compreender as manifestações e expressões da questão social haitiana, faz-se necessário nos referirmos ao desenvolvimento do modo de produção econômica do país. Como segunda premissa, evidenciamos que a questão social é uma categoria histórica. Netto (2004, p. 46) aprofunda e fundamenta essa reflexão afirmando que:

A análise marxista fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “Questão Social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social.

Nesta perspectiva, o autor continua refletindo que:

Mas é fato que a expressão “Questão Social” não é semanticamente unívoca, ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado – muito particularmente – porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada (NETTO, 2004, p. 41).

As análises de Netto nos permitem teoricamente fundamentar esse conceito para esclarecer e contrastar os limites do ponto de vista de Louis Juste (2003), que se recusou a evidenciar a questão social haitiana e suas expressões em sua totalidade, mas, ao contrário, a nomeia nos marcos da questão agrária. Ao retomar as reflexões de La Paz (1997), Louis Juste (2003, p. 1), afirma sua compreensão de que “o problema agrário é o centro da dependência, das contradições nas sociedades subdesenvolvidas. Este é um componente essencial da formação de tais sociedades”. Sobre essa referência, Louis Juste (2003) se nega a caracterizar a questão social haitiana, pelo contrário, identifica a questão agrária como transversal na história do Haiti, compreendendo que a questão da terra atravessou todas as lutas sociais do país. Entendemos que a interpretação do autor se apresenta inconsistente uma vez que a problemática da terra no Haiti se apresenta como um dos aspectos constituintes da expressão da questão social haitiana, evidenciada por nós neste trabalho.

Em referência à reflexão de Netto (2004) de que a questão social se apresenta intimamente relacionada ao modo de produção capitalista, entendemos que é historicamente correto situar a questão social haitiana, a partir do século XX, tendo em vista os determinantes da ocupação norte-americana neste contexto, sendo a emigração haitiana para outros países estrangeiros uma de suas primeiras expressões.

O período da ocupação americana marcou uma mudança na estrutura econômica e política do país como já mencionado. Essa ocupação se caracterizou como parte da ideologia de desenvolvimento tributada pelas organizações não governamentais americanas que tinham o objetivo de transformar o Estado haitiano em Estado liberal moderno adaptado à economia mundial (LEROY, 2015). Consta-se que essa foi uma transformação significativa da economia agrária em economia capitalista, havendo o domínio das relações de produção capitalista e permitindo a compreensão do que seriam as expressões da questão social no Haiti. Segundo Pereira (2004, p. 56):

Sabemos que, no âmbito da estrutura econômica, o fato determinante das mudanças são as forças produtivas, identificadas com o desenvolvimento da máquina, com as descobertas das novas tecnologias, com o aperfeiçoamento da educação e com as modificações fundamentais no processo de trabalho. São essas inovações que vão criar contradições na ordem econômica prevalecente, forçando mudanças nas relações de produção (econômicas, sociais e políticas) e gerando desafios ou problemas que vão requerer a substituição de paradigmas e alterações significativas na relação entre capital-trabalho e Estado e sociedade.

Tais reflexões nos possibilitam caracterizar o primeiro momento da expressão da questão social haitiana, caracterizada pela instalação das primeiras indústrias americanas no Haiti, absorvendo todas as pequenas indústrias no país. Nesse contexto, os agricultores foram expropriados de suas terras para satisfazer os interesses do capital, provocando o surgimento de uma demanda de mão de obra urbana acompanhada, ao mesmo tempo, da progressiva falência da agricultura haitiana. Os camponeses deixaram o campo para ir às cidades pedir emprego nas indústrias. Como efeito colateral, este processo provocou o declínio da produção agrícola, o aumento do desemprego urbano e rural e a multiplicação das favelas

urbanas. Nesse sentido, a questão agrária emerge como uma das primeiras expressões da questão social haitiana, articulada a um conjunto de outros aspectos estruturais de transformação da realidade social e econômica no país.

Mesmo após a ocupação norte americana, esse processo de injustiça social continua, por conta da introdução da perspectiva neoliberal. Nessa situação de pobreza, quase todos os haitianos vivem na obsessão da partida, não somente pelos aspectos culturais abordados anteriormente, mas principalmente para escapar do sistema político e econômico instalado desde a independência, baseado na exploração e na exclusão da maioria (HURBON, 1987).

Outrossim, o terremoto foi apenas uma das causas da emigração haitiana para o Brasil e para os demais países da América Latina e da América do Norte. A emigração se apresenta como o reflexo do processo histórico, social e econômico do país, marcado por relações econômicas desiguais e contra a população de baixa renda em favor do capitalismo internacional.

Combinado com o momento histórico de desenvolvimento da economia e da industrialização em países como o Brasil (a partir dos mandatos do presidente Lula) e do Chile (com as aberturas migratórias feitas por Michele Bachelet), os imigrantes haitianos, vítimas dos determinantes econômicos no país, mudam sua rota para satisfazer os interesses do capitalismo internacional na sua relação entre os países de centro e de periferia. Da mesma maneira que essa oferta de mão de obra haitiana ocorreu anteriormente para satisfazer as demandas de países como Estados Unidos, Canadá, Republica Dominicana, Cuba, etc., ela passa a se apresentar no Brasil e nos demais países como o Chile. No período do governo Lula, o Brasil, dadas suas condições econômicas particulares, insere-se nesse jogo econômico e torna-se o novo eldorado no contexto pós-terremoto em 2010, onde 70 mil imigrantes foram registrados entre os anos de 2010 a 2015 (GARR-HAITI, 2015) e 121 mil nos Estados Unidos entre os anos de 2010 a 2017, segundo Duval (2017).

Considerações finais

O objetivo desse artigo foi de refletir sobre a relação entre Estado, migração e questão social no Haiti contemporâneo. O Estado haitiano foi ora analisado a partir do conceito de Estado contestado dada a sua ilegitimidade pela população de baixa renda haitiana, que não se reconhece e não é reconhecida pelas estruturas estatais e com elas desenvolve uma histórica relação de tensão. Tal relação de tensão fundamenta o sentido de um Estado haitiano contestado, na mesma perspectiva defendida por Gilles (2013) ao caracterizar a existência da relação de desprezo e ódio entre duas partes.

Nesse contexto, as elites políticas de mulatos e negros não se preocupam com a população de baixa renda haitiana, manifestando a elas o seu desprezo. Como vingança, essa população desenvolve o ódio contra essas elites. Casimir (2009) caracterizou tal fato como um interminável diálogo ineficaz entre as elites políticas e a população de baixa renda no Haiti.

Desse modo, entendemos que o que denominamos como Estado contestado é o resultado da gestão ineficaz das expressões da questão social pelo Estado haitiano. O papel desse Estado tem sido relevante nesse aspecto, sobretudo, desenvolvendo estratégias de incentivo dos haitianos para emigrarem para outros países a fim de satisfazerem os interesses do capitalismo internacional.

O contexto histórico ora analisado neste artigo evidencia a urgência de se conquistar e construir um processo de efetiva redemocratização do Estado haitiano, passando pela redefinição da relação entre Estado e a sociedade civil. Entendemos fundamental a constituição e fortalecimento de uma sociedade civil que possa denunciar os projetos de interesses eminentemente privados e de afirmação neoliberal, além de politizar a compreensão e a busca de superação das desigualdades sociais, culturais e econômicas historicamente presentes no Haiti. O Estado contestado se caracteriza como resultado das escolhas políticas, sociais e econômicas conduzidas historicamente pelos governos haitianos. O presente trabalho se inspira com a possibilidade e com o desafio de se construir coletivamente uma contraproposta emanada das classes trabalhadoras haitianas mobilizadas numa luta pela hegemonia.

Referências

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion? In: CARLO, A. Célius (dir.) **Le défi haïtien: économie, dynamique sociopolitique et migration**. Paris: L'Harmattan, pp. 193-212. (Horizons Amérique Latine). 2011.

AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux**. Ed. Presses universitaires de Rennes, 2012.

BARTHELEMY, Yves. **Haïti et la mondialisation néolibérale: une nouvelle dépendance coloniale (1970-2008)**. Port-au-Prince : Kaye Pwogresis no 1 Asosyasyon Inivesite ak Inivesitez Desalinyen (ASID), 2009.

CASIMIR, Jean. **Haïti et ses élites : interminable dialogue des sourds**. Port-au-Prince : Editions de l'Université d'Etat d'Haïti. 2009.

CASIMIR, Jean. **La culture opprimée**. Port-au-Prince : Imprimerie Media-Texte, 2006.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine en Haïti**. Port-au-Prince : Editions Henry Deschamps, 1988.

CHERY, Frédéric-Gérald. L'absorption de la force de travail dans l'économie Haïtienne. **Cahiers du CEPODE**, Port-au-Prince, N° 2, pp. 137 – 156, jan., 2011.

CORTEN, André. **L'Etat faible: Haïti et la République Dominicaine**. Québec: Mémoire D'Encrier, coll., Essai, 2011.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho: Unir, 2014.

- DORVILIER, Fritz. Le défi de l'institutionnalisation par le bas dans l'Haiti post-1986. In: **Haiti Perspectives**, Port-au-Prince, vol. 4, no 3, Automne, 2015.
- DOUBOUT Jean-Jacques. **Haiti**: féodalisme ou capitalisme : essai sur l'évolution de la formation sociale haïtienne depuis l'indépendance. Port-au-Prince : [s.n.]. 1973.
- DUVAL, Frantz. **Passeport pour tous, première grande réalisation de Jovenel Moïse**. 2017. Disponível em: <http://lenouvelliste.com/article/174585/passeport-pour-tous-premiere-grande-realisation-de-jovenel-moise>. Acesso em: 30 out. 2017.
- EDME, Roody. **Haiti**: quelle société civile? 2017. Disponível em: <http://www.lenational.org/haiti-societe-civile/>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- ENGELS, Friedrich. **L'énigme haïtienne**. L'échec de l'Etat moderne en Haïti. Québec: Les Presses de l'Université de Montréal/ Mémoire d'Encrier, 2007.
- GILLES, Alain. Bien commun et Reconstruction. L'apprentissage de la vertu. In **L'observatoire de la reconstruction**, n.7, Port-au-Prince, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed.,1982.
- HAITI. **Constituição 1987 da República do Haiti**. Porto-Príncipe. 2011.
- HANDERSON, Joseph. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- HECTOR, Michel; HURBON, Laennec. **Genèse de l'Etat haïtien (1804-1859)**. Port-au-Prince: Editions Presses Nationales d'Haïti. Collection mémoire vivante, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti**. Essai sur l'État, la nation, la culture. Paris: Karthala, 1987.
- IAMAMOTO, Villela, M. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano II, n. 3, pp 9-32, jan./jun. 2001.
- IBREUS, Petit Frant. Éléments d'intelligibilité de la relation État-citoyen en Haïti. Archéologie du tragique haïtien, la reconnaissance sur la pierre tumulaire du bonapartisme. **Revue de Continuum**, n. 1, Port-au-Prince : Imprimerie Media-Texte, juin 2014.
- LOPES, André Luiz. **Noções de teoria geral do Estado**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Crise sociale et internationale communautaire en Haïti**. 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.WLB-koHhDIV>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- LUNDHAL, M. **Peasants and poverty**. A Study of Haiti. London: Croom Helen, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.

MANIGAT, Sabine. **L'immigration haïtienne: mythes et réalités des migrations haïtiennes dans la Caraïbe**. 2007. Disponível em: <https://atlas-caraibe.certic.unicaen.fr/fr/page-250.html>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MICHEL, Carlin. **La population haïtienne toujours rurale à 52%**. 2013. Disponível em: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/121926/La-population-haitienne-toujours-rurale-a>. Acesso em: 27 out. 2017.

NETTO, José Paulo. Cincos notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano II, no 3, pp 41-49, jan./ jun. 2001.

OIM. Organisation internationale pour les migrations. **Migration en Haïti: profile migratoire nationale**. 2015. Port-au-Prince: OIM, 2015. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/mp_haiti.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: Silva, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e direito à cidadania. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano II, no 3, pp 51-56, jan./ jun., 2001.

PIERRE, Joseph Harold. **La diaspora: Moteur de l'économie haïtienne**. 2012. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article13615#.V6lGI1ThDIU>. Acesso em: 01 ago. 2016.

Contribuições dos autores:

Marc Donald Jean Baptiste (autor) e Richemond Dacilien: (coautor): ambos os autores contribuíram de maneira significativa para este trabalho, com uma contribuição de 60% e 40%, respectivamente pelo primeiro autor e coautor.
